

## Cidades

# Nova Comissão da OAB vai Fiscalizar Gastos Públicos

Diz que maior dificuldade é disponibilidade de pessoas que queriam atuar

publicado em 25/01/2016 às 11:10



FÁBIO Rinaldi Manzano é o coordenador da comissão

Nathália Silva

Da Reportagem Local

Fiscalizar a atuação dos poderes Executivo e Legislativo no que tange aos gastos públicos será a função da Comissão de Controle de Gastos Públicos ativada na semana passada pela subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Catanduva.

O advogado Fábio Rinaldi Manzano que também é técnico da área pública formado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e atuou como secretário de Desenvolvimento Emprego e Relações do Trabalho na prefeitura de Catanduva foi designado por Marco Gussoni, presidente da OAB local, para coordenar os trabalhos da

comissão por um triênio.

As primeiras ações do grupo que ainda está em formação já miram os dois poderes. Para o presidente da Câmara de Vereadores Daniel Palmeira de Lima (PDT) já foi elaborado um ofício cobrando informações sobre a tramitação do Projeto de Emenda a Lei Orgânica de iniciativa popular que pretende criar um limitador para a quantidade de vereadores e salários dentro da Lei Orgânica. O primeiro assunto a ser abordado com o prefeito Geraldo Antônio Vinholi (PSDB) deve ser as alterações pretendidas pelo Governo no Plano Diretor da cidade.

“A intenção da Comissão do Controle de Gastos Públicos é justamente a de acompanhar, principalmente os poderes executivo e legislativo, atuando de forma bastante técnica e precisa, cobrando soluções administrativas e, se for o caso, tomando as devidas medidas junto ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. Espero contribuir para resgatar a esperança da própria classe de advogados e também dos cidadãos mostrando que existe uma saída digna para esta crise e, mais do que isso, existem instituições sérias como, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que podem atuar de forma bastante ativa no combate aos desmandos na administração e nos gastos públicos”, sintetizou o advogado.

Em entrevista ao jornal O Regional Manzano falou sobre sua visão da administração pública e do preparo do administrador. Analisou questões recorrentes e polêmicas como terceirizações e aditamentos de obras e defendeu a discricionariedade do poder do prefeito.

Crise política e a descrença

O País vive uma crise e política pode fazer aumentar a descrença que o cidadão tem nos administradores públicos. Essa situação atinge também o catanduvense que seja através de movimentos sociais ou mesmo das redes sociais se manifesta sobre o que o desagrada. Essa descrença é para Manzano uma oportunidade.

“A descrença política é uma realidade que deve ser entendida como uma excelente oportunidade. Digo isso, pois, como estudioso e técnico atuante da área de ciências sociais aplicadas, não concordo com a equiparação feita entre ‘ocupantes de cargos públicos’ e os verdadeiros ‘administradores públicos’. Vejamos: Para poder atuar na área pública como administrador habilitado para tal, primeiramente o candidato disputa uma vaga bastante concorrida, por exemplo, na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Aprovado no vestibular, tem que se dedicar por, no mínimo, 4 anos. No curso, é ensinado desde as matérias do curso de administração de empresas até ciência política, lei de contabilidade pública, lei de licitações, orçamento, etc., ou seja, o verdadeiro conceito de administrador público está destoado. A profissionalização da Administração Pública é um ótimo começo”, sugeriu ele.

## Terceirizações

Realidade contestada até mesmo por políticos, a terceirização de serviços públicos é realidade em Catanduva. Um dos maiores exemplos é o sistema de gestão implantado na rede de saúde que para a Justiça do Trabalho trata-se de terceirização da atividade fim. Há ainda a terceirização de serviços públicos de coleta e destinação de lixo, aluguel de radares como exemplos de serviços que em Catanduva não são feitos pela Prefeitura.

O coordenador da comissão de controle de gastos defende a terceirização que para ele “nem sempre é um erro”. Ele justifica sua opinião citando como exemplo a privatização de rodovias no Estado de São Paulo e pondera que são necessários cuidados do administrador antes de terceirizar.

“Ocorre que, o processo de terceirização exige dois cuidados básicos: 1) O Valor pago ao prestador dos serviços tem que ser muito bem avaliado e respeitar os preços de mercado e 2) A terceirização de serviços exige uma fiscalização constante e muito próxima da qualidade dos serviços ofertados. Além disso, a terceirização, a exemplo da realização de qualquer outro gasto público deve ser precedida de um criterioso estudo de impacto orçamentário e financeiro. Analisadas de forma bastante criteriosa todas essas questões e chegando-se à conclusão de que há um favorável custo benefício para a administração, a terceirização é muito bem vinda”, considerou.

## Obras e aditamentos

Para Manzano, o atraso na entrega de obras tendo como consequência os aditamentos frequentes em Catanduva é justificado pela burocracia. O problema se agrava, segundo aponta, quando as obras são realizadas com recursos de mais de uma esfera de Governo e a solução apontada por ele mais uma vez é a profissionalização contra o ‘cabide de empregos’.

“Há tempos, é uma orientação bastante válida aos municípios terem técnicos extremamente capacitados e dinâmicos no setor municipal de Gestão de Convênios e Contratos. Nessa área não é recomendada a presença de agentes políticos, ou seja, desprovidos de capacidade técnico-administrativa e esse tem sido um erro muito comum nas administrações”, afirmou.

Movimentos Populares

A onda de manifestações populares pelo País chegou também a Catanduva e para o coordenador da comissão que pretende fiscalizar os gastos públicos o Município já dá exemplo de ação popular.

“Os movimentos populares em Catanduva são tidos como modelo para o Brasil, mesmo que ainda sejam considerados, por muitos, como tímidos e que poderiam ter uma adesão muito maior dos cidadãos de bem. Com a OAB focada, através de uma Comissão específica na fiscalização dos gastos públicos, esperamos encorajar muito mais pessoas a defender abertamente as boas práticas na administração pública. A iniciativa do presidente da OAB Catanduva, Dr. Marco César Gussoni, vem ao encontro dos anseios da população para que instituições sérias e respeitadas empunhem a bandeira da ética, da moralidade e da honestidade”, completou.

#### **Transparência**

Em dezembro, o Ranking Nacional da Transparência elaborado pelo Ministério Público Federal (MPF) demonstrou que Catanduva está atrás de 1.900 municípios dos 5.658 do Brasil quando o assunto é a transparência no Poder Executivo. Cidades menores da microrregião ficaram à frente no ranking como é o caso de Palmares Paulista, Paraíso, Novo Horizonte, Cajobi e Pirangi. São José do Rio Preto, sede da região administrativa, aparece na 4ª posição dentro do Estado.

De acordo com o MPF, o ranking foi elaborado considerando 32 variantes às quais as notas foram atribuídas. Em 15 dos aspectos avaliados Catanduva não correspondeu as expectativas do Ministério Público Federal. A pontuação final da cidade foi 5,2 em uma escala que vai até 10.

O coordenador da comissão de controle de gastos admite que também já teve problemas ao buscar informações no Portal da Transparência do site da Prefeitura de Catanduva e diz considerar a transparência dos gastos como um dos pilares da democracia.

“Particularmente uso o portal e já me deparei com algumas dificuldades. Acredito que não há como se falar em democracia e exercício da cidadania sem a devida transparência de dados confiáveis e abrangentes, ou seja, a publicidade das contas e dos atos dos poderes municipais será tratada como de extrema importância pela comissão”, finalizou.

Notícia publicada no site: [www.oregional.com.br](http://www.oregional.com.br)

Endereço da notícia: [www.oregional.com.br/2016/01/nova-comissao-da-oab-vai-fiscalizar-gastos-publicos\\_319869](http://www.oregional.com.br/2016/01/nova-comissao-da-oab-vai-fiscalizar-gastos-publicos_319869)